MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Nº PI-PLI.10533-4/2026

PROCESSO: **PLI.12699-8/2026**
VALIDADE: **28/08/2029**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente LICENÇA AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME	CPF/CNPJ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUI - IDEPI	09.034.960/0001-47

EMPREENDIMENTO

NOME

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUI - IDEPI

IMÓVEL

Zona do Imóvel:	Número do Imóvel:	Matrícula do Imóvel:
Zona Rural	IR.001113-4	None

ATIVIDADES

ATIV.6776

BARRAGEM/BARRAMENTO PARA ACUMULAÇÃO DE ÁGUA (D6-0002)

Características:

Dano Potencial Associado - DPA: 20,0 pontos

Município:	Coordenadas Geográficas:
Corrente (PI)	10°29'20.85"S / 44°51'27.48"O

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 01/09/2026 às 09:44
[nUmW9Xs3d2CUwzaflxXosXSrdOI4aLUVqF4h5GNnS14MsaK7I2eG4nTxsSrqNi1F]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 01/09/2026 às 14:27
[L910CqH7tHAXANRw2ukZa289ndUxXBj3vfLwmRXhJicaf0tSJDVmPnoQa22TpLEw]

Emitido eletronicamente em 01/09/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.50209-6/2026.7716.F869.CDBC]

MEMORIAL DESCRITIVO

(-44.85763333333333, -10.489125)



Esta LICENÇA AMBIENTAL é válida até **28/08/2029** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

CONDIÇÕES GERAIS

i. Esta Prorrogação de Licença Instalação – PLI, deverá ser publicada em jornal de circulação local, primeiro caderno e no Diário Oficial do Estado conforme Lei N° 6.938/81,Art.10, § 1° e Resolução CONAMA 06/86, devendo as cópias

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 01/09/2026 às 09:44
[nUmW9Xs3d2CUwzaflxXosXSrdOI4aLUVqF4h5GNnS14MsaK7I2eG4nTxsSrqNi1F]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 01/09/2026 às 14:27
[L910CqH7tHAXANRw2ukZa289ndUxXBj3vfLwmRXhJicaf0tSJDVmPnoQa22TpLEw]

Emitido eletronicamente em 01/09/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.50209-6/2026.7716.F869.CDBC]

dessas publicações ser apresentadas a esta Secretaria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 471/65), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).

iii. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.

iv. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.

v. Apresentar cópia desta Licença ao requerer sua renovação e a Licença de Operação.

vi. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo Único, Art. 11, Resolução CONAMA 237/97)

vii. Para empreendimentos agropecuários, os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente. (§ 2º, Art. 1º da Lei 9.974, de 06 de junho 2000)

viii. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.

ix. No ato do requerimento da Licença de Operação, o empreendedor deverá apresentar cópia da publicação do Edital de Concessão da presente Licença.

x. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal Nº 6514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação nas sanções previstas no referido Decreto.

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 01/09/2026 às 09:44
[nUmW9Xs3d2CUwzaflxXosXSrdOI4aLUVqF4h5GNnS14MsaK7I2eG4nTxsSrqNi1F]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 01/09/2026 às 14:27
[L910CqH7tHAXANRw2ukZa289ndUxXBj3vfLwmRXhJicaf0tSJDVmPnoQa22TpLEw]

Emitido eletronicamente em 01/09/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.50209-6/2026.7716.F869.CDBC]

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS		
DESCRIÇÃO	**PRAZO / PERIODICIDADE**	**SITUAÇÃO**
C1. Apresentar informações / esclarecimentos sobre Quanto à Reunião Técnica Informativa – RTI, recomenda-se que a SEMARH, em conjunto com o empreendedor, promova a reunião junto à população diretamente afetada, especialmente as famílias objeto de reassentamento, nos termos da recomendação constante da manifestação anterior. Ressalta-se que sua realização deve ser realizada o quanto antes, de preferência antes do processo de reassentamento e operação do empreendimento.	60 dias (27/10/2026)	Não Atendida
C2. Apresentar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), celebrado entre a SEMAR e o empreendedor (atualização e regularização do TCCA, mediante apresentação de tabela com os valores atualizados e adequação dos dados das partes envolvidas, no prazo de 90 (noventa) dias.)	90 dias (26/11/2026)	Não Atendida
C3. Apresentar Manifestação conclusiva do IPHAN (Apresentar comprovante atualizado de andamento do processo junto ao IPHAN, considerando que o último protocolo identificado nos autos remonta a 2011, no prazo de 90 (noventa) dias, devendo a manifestação do órgão ser obtida antes do primeiro enchimento do reservatório.)	90 dias (26/11/2026)	Não Atendida

OBSERVAÇÕES

1. Manter o prosseguimento do processo de licenciamento, considerando o avanço da documentação apresentada, o estágio das obras e o relevante interesse social do empreendimento.

2. Apresentar cópia da Outorga de Uso de Recursos Hídricos, ou documento que comprove sua regularização, até a fase de Licença de Operação – LO, considerando que, para a fase de LI, foi admitido o protocolo do pedido de outorga.

3. Apresentar, até a fase de LO, comprovação da correspondência entre as famílias e imóveis efetivamente atingidos pelo reservatório e as unidades habitacionais disponibilizadas, mediante quadro consolidado contendo, no mínimo, famílias afetadas, beneficiários, unidades disponibilizadas e situação do reassentamento. Essa exigência decorre da necessidade anteriormente identificada de comprovar que todas as famílias impactadas serão efetivamente contempladas.

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 01/09/2026 às 09:44
[nUmW9Xs3d2CUwzaflxXosXSrdOI4aLUVqF4h5GNnS14MsaK7I2eG4nTxsSrqNi1F]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 01/09/2026 às 14:27
[L910CqH7tHAXANRw2ukZa289ndUxXBj3vfLwmRXhJicaf0tSJDVmPnoQa22TpLEw]

4. Manter as exigências relativas à ASV e ACMB, observando-se a necessidade de autorização específica para as intervenções de supressão e acompanhamento da fauna, conforme as recomendações técnicas anteriormente estabelecidas.

5. Manter como requisito para a Licença de Operação – LO, antes do primeiro enchimento, a apresentação e aprovação do Plano de Segurança de Barragem – PSB, conforme a legislação aplicável.

Teresina (PI), 01/09/2026

(assinado eletronicamente)
FELIPE GOMES DA SILVA
DIRETOR
AUDITOR FISCAL AMBIENTAL
Diretoria de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 01/09/2026 às 09:44
[nUmW9Xs3d2CUwzaflxXosXSrdOI4aLUVqF4h5GNnS14MsaK7I2eG4nTxsSrqNi1F]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 01/09/2026 às 14:27
[L910CqH7tHAXANRw2ukZa289ndUxXBj3vfLwmRXhJicaf0tSJDVmPnoQa22TpLEw]

Emitido eletronicamente em 01/09/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.50209-6/2026.7716.F869.CDBC]